Depreciação de livros: procedimentos para determinação do custo

Autores

MARIA JOSE ONOFRE SANTOS

Universidade Estadual de Goiás

CÉSAR AUGUSTO TIBÚRCIO SILVA

Universidade de Brasília

BEATRIZ FÁTIMA MORGAN

Universidade de Brasília

MARCIA ATHAYDE MATIAS

Universidade de Brasília

Este artigo demonstra os procedimentos realizados para a determinação da depreciação de livros do acervo geral de uma biblioteca. Apresenta-se a importância e a possibilidade de gerar informações, por meio do custo com depreciação, para que os gestores de bibliotecas possam se orientar ao tomarem decisões quanto à definição da alocação de recursos destinados à aquisição de materiais bibliográficos, entre diferentes áreas temáticas do acervo e, também, para a análise e definição dos livros que se encontram obsoletos e que possam ser encaminhados para descarte. A fundamentação teórica utilizada destaca que a Contabilidade e a Bibliometria apresentam semelhanças na conceituação dada a termos como vida útil, obsolescência e depreciação. Quanto a taxa anual correspondente a depreciação de livros, por não ter sido encontrada na legislação fiscal e contábil que trata deste assunto, adotou-se o percentual sugerido pela literatura bibliométrica. Os procedimentos utilizados para o cálculo foram descritos a partir da seleção de uma amostra de livros e da análise de dados como os títulos, o modo de aquisição, as datas da aquisição e do cadastro no sistema, o valor e a moeda de aquisição, bem como, a quantidade de empréstimos totais e individuais. O texto apresenta os principais problemas encontrados nos procedimentos efetuados.

Palavras chave: depreciação, obsolescência, custos, bibliometria.

Introdução

A biblioteca pode ser considerada uma unidade de apoio dentro de uma instituição de ensino superior (IES). Até recentemente não existiam relatos sobre a apuração de custos nessas entidades. Silva et al (2004) apresentam um estudo de caso de apuração de custo numa IES; Morgan (2004) aprofunda esse estudo na sua dissertação de mestrado. Entretanto, nenhum desses trabalhos detalha o método de alocação de custo utilizado para as bibliotecas da instituição, o que pode ser um indício de se ter utilizado um critério de rateio arbitrário.

A questão da apuração de custos numa biblioteca de uma IES deve resolver dois problemas: como alocar os custos das obras existentes no acervo ao longo do tempo e como alocar os custos anuais entre as diferentes unidades usuárias do acervo.

A depreciação é a alocação racional e sistemática do custo de um ativo, representada pelo decréscimo no potencial de serviço (HENDRIKSEN; BREDA, 1999). A questão da depreciação é essencial na resolução do primeiro problema, pois diz respeito a alocação do

custo de um ativo, nesse caso a obra, no tempo. Essa é uma questão pouco discutida na literatura da área e será o foco central desse artigo.

Franco (1997) considera que as causas da depreciação de bens materiais classificam-se em: física, por uso, desgaste de funcionamento ou por ação do tempo; funcional, por desuso, obsolescência ou insuficiência e eventual, por acidentes ou fenômenos físicos e químicos. Ainda segundo este autor, são dois os critérios gerais para o cálculo: o da depreciação real ou absoluta e o da depreciação teórica. A depreciação real ou absoluta é a desvalorização que pode ser medida comparando-se o valor nominal de cada bem, que é seu preço de custo quando novo, com o preço pelo qual poderia ser vendido. A depreciação teórica é obtida por meio de métodos matemáticos ou técnicos, distribuindo-a em diversos exercícios, pelos quais presumivelmente o bem será consumido. Este autor destaca que o critério mais correto é o da estimativa direta e objetiva dos efeitos da desvalorização sobre o bem, ou seja, o critério de depreciação real ou absoluta. Porém ressalta que, para este procedimento, é necessária uma atuação de peritos, tornando a avaliação onerosa.

A alocação da despesa de depreciação às unidades usuárias do acervo, que refere-se ao segundo problema apresentado anteriormente, corresponde a uma questão corriqueira na área de custos, sendo considerada secundária nesse artigo.

O objetivo desse artigo é, portanto, discutir a questão da alocação dos custos de uma biblioteca. Nesse sentido, os autores concordam com a proposição teórica de Aguiar (1984) que considera que a adequada apuração de custos dos serviços de informação coloca nas mãos dos administradores um instrumento de grande valor. Desse modo, partem do pressuposto que a alocação do custo do livro no tempo e entre as unidades de uma IES é relevante.

Esse trabalho está composto de quatro partes além dessa introdução. A seguir apresenta-se uma discussão referente a fundamentação teórica da utilização da depreciação numa biblioteca. Após apresenta-se o estudo de caso objeto do trabalho. A parte denominada “Amostra e Análise de Dados” diz respeito a ilustração do processo de alocação do valor do acervo de uma biblioteca. O trabalho finaliza com uma conclusão.

Fundamentação Teórica

Alguns ativos possuem uma vida útil longa e recebem a denominação de ativo permanente. A redução da utilidade desses bens é reconhecida pela depreciação, amortização ou exaustão. Isso representa uma transformação estimada do custo em uma despesa, sendo geralmente determinada por meio da divisão do valor contábil do ativo pela vida útil estimada em meses. Esse método de cálculo é denominado linear, por conduzir a valores constantes no tempo. Iudícibus (2000) entende que a depreciação pode ser expressa como a diferença entre o valor de mercado do bem no fim e no início do período e que o cálculo pode ser feito pelos seguintes métodos: o método de cotas constantes ou alocação em linha reta, método de cotas variáveis, método de quotas crescentes e método de cotas decrescentes. Padoveze (1996) apresenta os seguintes critérios para cálculo da depreciação: cotas constantes, horas de trabalho e decrescente.

Na realidade o número de métodos que podem ser utilizados na prática é bastante longo. Preinreich (1996), num artigo publicado em *Econometrica* em 1938, cita onze métodos: método de linha reta dos economistas, método de linha reta dos contadores, verdadeiro método de linha reta, método das unidades, método Kurtz, método das anuidades e do *sinking-fund*, *diminishing-balance methods*, método da soma dos dígitos, método da retirada e método *Canning*.

Padoveze (1996), classifica a depreciação sob os aspectos contábil, financeiro e de custos:

- a) no aspecto contábil, representa a perda de valor dos bens pelo uso, desgaste ou obsolescência, demonstrando a forma de diminuir os seus valores;
- b) no aspecto financeiro, representa a forma de recuperação dos valores gastos a título de investimento;
- c) no aspecto de custos, representa a recuperação dos gastos tidos com os bens utilizados na operacionalização das atividades e que possuem vida útil que atinge vários anos.

Ainda conforme Padoveze (1996), os prazos para depreciação dos bens do imobilizado podem não ser os mesmos dentro desses três conceitos. Contabilmente, as taxas de depreciação são determinadas por lei fiscal, levando-se em conta a vida útil estimada por especialistas ou a aceita genericamente pelo mercado. Destes critérios, ainda conforme Padoveze (1996), o mais utilizado é o das cotas constantes, que considera taxas de depreciação anuais determinadas em função da vida útil estimada dos bens. A vida útil estimada é definida por lei ou costume e, se há certeza de que determinado bem tem vida útil superior ou inferior ao costumeiramente utilizado, a adoção de nova vida útil deve ser precedida de laudo técnico elaborado por profissional especializado.

Os fatores que limitam a vida útil de um bem são a deterioração e a obsolescência. A deterioração é o desgaste físico e a obsolescência é o processo pelo qual o bem entra em desuso e, para efetuar o cálculo da depreciação, é necessário definir o número de anos de vida útil e a maneira de distribuir o custo pelos exercícios sociais.

Acerca deste assunto, encontram-se entendimentos também por meio da bibliometria que, conforme Cavalcanti (1989), compreende um conjunto de leis que estudam o comportamento da informação.

A bibliometria abrange três leis básicas: a Lei de Bradford, que descreve a distribuição da literatura periódica numa área específica; a Lei de Lotka, que descreve a produtividade dos autores e a Lei de Zipf, que descreve a frequência no uso de palavras num determinado texto. A este grupo de leis agregaram-se, posteriormente, outros estudos de interesse dos cientistas da biblioteconomia, entre eles, o estudo da depreciação, obsolescência, vida média ou idade da literatura, que descreve a queda da validade ou utilidade das informações no decorrer do tempo (ALVARADO, 1984).

Oberhofer (1991) expõe que os estudos sobre obsolescência examinam relações entre o uso de documentos e o fator tempo, buscando identificar padrões de mudança no uso. O declínio na intensidade de uso da literatura publicada, com o passar do tempo, é causalmente associado à perda de valor da informação. Assim, o número de citações ou empréstimos recebidos por um documento, cuja idade é caracterizada pela data de publicação, é uma quantidade que descreve a utilidade da informação ou da literatura. A obsolescência caracteriza-se pelo declínio do uso da literatura, durante o tempo.

Figueiredo (1999) observa que a média do declínio do uso não é de importância prática. Cita, como exemplo, que um volume pode ser muito utilizado logo após a aquisição e, depois, seu uso pode entrar em declínio e, ainda assim, sua utilização após vários anos, pode ser alta com relação a outros volumes cujo uso declinou pouco, pois nunca tiveram um uso intenso. Acrescenta esta autora, que para uma coleção que não tem nível de pesquisa, isto é, tem baixo uso, o não uso nos últimos três anos pode ser um indicador razoável para rejeição em depósito.

Line e Sandison (1974 apud FIGUEIREDO 1999), destacam que quando se fala em obsolescência da informação, é importante esclarecer se o objeto de estudo é o documento sob o aspecto físico, ou se é a informação que ele contém. Considerando o documento, o interesse é geralmente prático e, considerando a informação, a obsolescência pode ser definida como o declínio, no tempo, da sua validade ou utilidade.

Na determinação da obsolescência, Line (1993), considera que estudos comparativos de uso são aconselhados entre bibliotecas do mesmo tipo, tamanho, idade, bem como estudos de uma mesma biblioteca em intervalos de quatro a cinco anos.

Entende Lancaster (1988) que o termo obsolescência, quando aplicado ao acervo bibliográfico, refere-se à diminuição do uso desse material à medida que vai envelhecendo. A idade média de uso aceita como uma estimativa é de cerca de três anos e, quanto menor essa idade, mais rapidamente o campo da ciência torna-se obsoleto. A diminuição do uso com a idade ocorre mais rápido em algumas áreas temáticas do que em outras. A taxa de obsolescência nas ciências sociais não é muito diferente da que se verifica nas ciências como um todo, mas a área de humanas tende a apresentar uma taxa de obsolescência muito mais lenta.

Ainda conforme este autor, algumas áreas das ciências sociais envelhecem mais rapidamente e, mesmo nestas, um campo envelhecerá mais rápido do que outro, seja medido por citações ou por uso na biblioteca. Informática e física estão envelhecendo com maior celeridade. Química apresenta publicações com mais de dez anos e matemática com mais de vinte anos de vida útil. No entanto, conclui Lancaster (1988) que se um livro não tiver sido usado numa biblioteca pública durante os últimos três anos, talvez seja descartado, independentemente de ter cinco, dez ou vinte anos de idade.

Barbosa (1975) considera que o custo da depreciação deve ser distribuído à circulação, de modo a determinar o custo apropriado por empréstimo e que, ao custo original do livro, deve ser acrescido o custo do processamento, ou seja, o valor do livro até ser posto na estante. Pressupõe para os livros uma vida útil de dez anos, período durante o qual eles são usados. Em algumas bibliotecas a vida útil pode ser encurtada ou prolongada. Muitos livros científicos podem ter pouco valor com cinco anos após a publicação, obras literárias em bibliotecas de pesquisa podem durar trinta ou quarenta anos e mesmo aumentar de valor, mas dez anos é a duração normal para um livro.

A vida útil dos livros por área de conhecimento pode ser determinada, conforme menciona Lancaster (1988), por meio de análise da circulação, utilizando métodos como a amostra do acervo, a amostra dos empréstimos e a data da última circulação.

A amostra do acervo envolve a seleção aleatória de livros de todo o acervo ou de áreas temáticas individualizadas, anotando o histórico de sua circulação desde seu uso mais remoto até o presente. A finalidade principal é determinar a taxa de obsolescência ou a taxa em que o uso diminui pela idade do material.

O método dos empréstimos feitos consiste na análise de todos os itens em um determinado período de tempo, por exemplo, três meses selecionados durante o ano. É utilizado para estudar a distribuição de assuntos na circulação e também para definir uma estimativa da taxa de obsolescência.

Com o método da última data de circulação, verifica-se a última data em que um livro foi retirado por empréstimo num determinado período e a data em que foi anteriormente emprestado. Ao final da coleta de dados, é definido um ponto de corte, considerando as percentagens de circulação e o período de tempo decorrido a partir do último empréstimo.

Outro fator a ser verificado juntamente com a análise da circulação é o uso dos livros dentro da biblioteca e, nesse sentido, Lancaster (1988) relata que há indícios de que os livros usados no interior de uma biblioteca são, geralmente, os mesmos que apresentam registros de empréstimos domiciliares.

No Brasil, por meio da Instrução Normativa número 162/1998 emitida pela Secretaria da Receita Federal, foram fixados os prazos de vida útil e as taxas de depreciação de bens móveis e imóveis classificados como ativos permanentes. No entanto, esta resolução não fez menção à vida útil ou a taxa de depreciação de livros. Sob este aspecto, a Lei número 10.753/2003 instituiu a Política Nacional do Livro, e o definiu como sendo a publicação de textos escritos em fichas ou folhas, não periódica, grampeada, colada ou costurada, em volume cartonado, encadernado ou em brochura, em capas avulsas, em qualquer formato e acabamento. Definiu ainda que, com a finalidade de controlar os bens patrimoniais das bibliotecas públicas, o livro não é considerado material permanente.

A depreciação somente é contabilizada para os bens classificados como materiais permanentes e quando apresentarem perda de valor devido a desgaste por uso, ação da natureza ou obsolescência. Esta abordagem é, predominantemente, adotada por empresas privadas e que visam lucro em suas operações. A exigência legal ocorre por meio do Decreto nº 3000/99 - Regulamento do Imposto de Renda, o qual estabelece que a diminuição de valor dos bens físicos do ativo imobilizado, resultante do desgaste pelo uso, ação da natureza e obsolescência normal, poderão ser computados como custo ou encargo, correspondendo ao valor da depreciação do período de apuração.

Quanto às bibliotecas públicas, estas têm seus procedimentos contábeis sujeitos ao atendimento da Lei 4.320/64, que considera material permanente como sendo aquele que possui vida útil superior a dois anos mas, por outro lado, não prevê o registro contábil de informações sobre depreciação.

No entanto, ainda que não adotado como uma prática obrigatória para a contabilidade, o cálculo da depreciação de livros suscitou o interesse de autores das áreas da Ciência da Informação e da Biblioteconomia, pela possibilidade de ser utilizado como um direcionador para o gerenciamento dos acervos de bibliotecas. Entre os que estudam este assunto, Mount (1983 apud LIMA; FIGUEIREDO, 1984) entende que estudos sobre a depreciação também são adotados como um dos fatores a serem analisados para a definição do material que deve ser descartado, entre o existente no acervo bibliográfico.

Wilson (1983 apud LIMA; FIGUEIREDO, 1984), observa que na maioria das bibliotecas as necessidades de seus usuários devem ser prioritárias e isso significa a adoção de procedimentos que garantam:

- a) a aquisição do número suficiente de exemplares das obras mais demandadas;
- b) a concentração nos assuntos de maior interesse;
- c) a redução da coleção a um núcleo ativo, mantendo em depósito os documentos de menor consulta e realização de uma política racional de descarte.

Neste mesmo sentido, Fernandes (1991) destaca que, na Ciência da Informação, a abordagem à gestão de custos e eficácia, seguida de discussões sobre o seu valor para o usuário e a produtividade no trabalho, começou por volta de 1980. Entretanto, a comunidade bibliotecária, quando solicitada a justificar a manutenção, a expansão ou a alocação de recursos a uma biblioteca, tende a responder em termos de valores morais, referindo-se a algo intrinsecamente bom, socialmente de muito valor, cuja produção, porém, é imensurável economicamente. Complementa este autor que, se as bibliotecas pretendem defender

efetivamente a participação nos recursos da sociedade, é imperativo que os profissionais dessa área utilizem a linguagem com a qual esses assuntos são discutidos. A sociedade já tem consciência dessa necessidade e esforços têm sido feitos para adaptar às bibliotecas, modelos criados para analisar atividades de organizações com fins lucrativos.

Com entendimentos semelhantes, Lima e Figueiredo (1984) manifestam que os aspectos de custos de uma coleção devem ser considerados para facilitar a elaboração do orçamento anual e para a racionalização da utilização de recursos.

Conforme Aguiar (1984), a maioria dos serviços de informação científica e tecnológica no Brasil tem sido mantida por órgãos governamentais, sendo registrado, nos últimos anos, um decréscimo dos recursos financeiros disponíveis para as atividades de informação. Há, portanto, uma grande necessidade de otimização dos recursos disponíveis, evitando desperdícios e buscando a melhoria da eficiência e eficácia dos serviços de informação. Também de acordo com este autor, a informação tem, inquestionavelmente, um custo, fator que deve receber consideração específica nas etapas de planejamento, operação e avaliação dos serviços desenvolvidos, exigindo esforço no sentido de se diminuir riscos e incertezas associados à execução, donde há a necessidade de uma abordagem correta de custos.

Descrição da biblioteca objeto de estudo

A biblioteca objeto de estudo está subordinada a uma instituição de ensino superior. Sua criação ocorreu há cerca de 40 anos. O seu acervo atual é composto de 775 mil materiais disponibilizados à pesquisa. Destes, 554 mil correspondem a volumes de livros que foram organizados de acordo com a Classificação Decimal Universal (CDU) correspondente. Esta classificação representa uma norma internacional e baseia-se no conceito de que todos os conteúdos do conhecimento podem ser divididos em dez classes principais, e estas podem ser infinitamente divididas em uma hierarquia decimal. As principais classes e respectivas divisões são:

- 0 - Generalidades. Informação. Organização.
- 1 - Filosofia. Psicologia.
- 2 - Religião. Teologia.
- 3 - Ciências Sociais. Economia. Direito. Política. Assistência Social. Educação.
- 4 - Classe vaga.
- 5 - Matemática e Ciências Naturais.
- 6 - Ciências Aplicadas. Medicina. Tecnologia.
- 7 - Arte. Belas-Artes. Recreação. Diversões. Desportos.
- 8 - Linguagem. Lingüística. Literatura.
- 9 - Geografia. Biografia. História.

Os livros são classificados de acordo com o assunto principal e disponibilizados com o número da classe que lhe foram atribuídos. Na biblioteca objeto da pesquisa a coleção encontra-se dividida em:

- a) Acervo geral: livros e teses;

- b) Coleção de referência - dicionários gerais e especializados, vocabulários, enciclopédias, guias, repertórios biográficos, legislações, índices, *abstracts*, bases de dados em *CD-ROM* e em linha, que funcionam como um catálogo para os artigos de periódicos;
- c) Coleção de periódicos - revistas gerais e especializadas nas diversas áreas do conhecimento;
- d) Organismos internacionais e assuntos especiais - publicações oficiais de organizações internacionais e agências especializadas, coleções de estudos clássicos, publicações sobre Brasília e documentos brasileiros;
- e) Coleção de multimeios - atlas, mapas, *slides* e partituras;
- f) Coleção de obras raras - manuscritos antigos e modernos, primeiras edições de autores brasileiros e portugueses do século XIX;
- g) Coleção de reserva - composta por obras de leitura obrigatória, indicadas por professores.

Atualmente a biblioteca é utilizada por mais de 20 mil alunos, em diferentes cursos superiores. Além disso, é a única de grande porte na região aberta ao público, inclusive nos finais de semana. Calcula-se que mais de 15% dos usuários não possuem qualquer vínculo com a IES a qual a biblioteca está vinculada.

Amostra e análise dos dados

A amostra inicialmente analisada compôs-se de livros do acervo geral identificados com a Classificação Decimal Universal 657 e respectivas divisões, as quais referem-se a área temática de contabilidade. A escolha dessa classificação ocorreu de forma aleatória e esta decisão não implica distorção nos resultados obtidos, considerando-se que os procedimentos para a apuração do custo da depreciação, por curso, poderão ser adotados, de forma semelhante, às demais classes.

Os dados foram obtidos exclusivamente por meio do sistema de gerenciamento da biblioteca, um *software* implantado em março de 2004 e que absorveu as informações de outro sistema anteriormente utilizado. Ao todo, observou-se o registro de 1336 livros com CDU 657.

Ao incluir a opção para que o sistema de gerenciamento apresentasse relatórios sobre os livros que continham as informações necessárias para o cálculo da depreciação, a quantidade anteriormente citada reduziu para 465 volumes. Observou-se que esta diferença é devido à inexistência do preenchimento de vários campos da base do *software*. Este fato invalidou a análise de todos os livros, pois o sistema emitiu relatórios somente dos que apresentaram, conjuntamente, os dados solicitados.

Dos livros selecionados, 163 foram adquiridos por meio de doação ou permuta e os demais pela modalidade compras. Estes últimos compuseram a amostra analisada e, a exclusão da outra categoria, é justificada pelo fato de que possuem características peculiares como, por exemplo, o provável tempo de uso anterior ao cadastro na biblioteca e ainda, a necessidade de reavaliação, por terem sido cadastrados com um valor financeiro simbólico.

Os dados destes livros foram organizados por ordem decrescente da data de cadastro na biblioteca. Desta forma, foi possível observar algumas inconsistências, como a existência de livros cadastrados em 12/03/04, porém, com data de aquisição entre janeiro de 1968 a setembro de 1999. Ainda sobre estes livros, foram observados registros com valor de

aquisição entre R\$ 0,50 e R\$ 9,00 e, entre R\$ 1.500,00 e R\$ 27.500,00. Esta parte da amostra foi excluída da análise, devido aos valores extremos apresentados, quando comparados ao restante dos dados e, também, devido a defasagem de datas entre a compra e o cadastro na biblioteca.

Os volumes restantes dentro da classificação CDU 657 foram utilizados na alocação sistemática do custo ao longo do tempo. Os procedimentos iniciaram com a atualização, para a data de 31/12/2004, dos valores individuais de aquisição, utilizando-se, como indexador, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor. Os valores individuais foram multiplicados pela taxa de depreciação (10%), conforme o período específico para cada livro. O tempo de depreciação do livro foi considerado a partir da data do cadastro na biblioteca, ou seja, quando disponibilizado ao uso. A opção pela utilização do percentual anual de depreciação a 10% foi em decorrência da concordância encontrada na literatura revisada, de que os livros têm, em média, dez anos de vida útil.

Para alocação dos custos às unidades acadêmicas foi utilizado o percentual de participação de cada curso e centros de custos, na quantidade total de empréstimos realizados, pelo valor da cota de depreciação correspondente. Nessa fase constatou-se uma diferença entre o custo total obtido e o custo alocado. A diferença é explicada pela inexistência de dados completos sobre a segregação dos empréstimos, por natureza de usuários, no sistema utilizado como fonte. Os resultados finais obtidos estão demonstrados a seguir. A tabela 1 mostra que quase metade (47,1%) da utilização das obras classificadas como CDU 657 são do curso de Ciências Contábeis. A maior parcela corresponde a outras áreas do conhecimento. Isso mostra que é importante fazer a alocação do custo do acervo por curso, em lugar de assumir, pretensamente, que os alunos do curso de Ciências Contábeis são usuários do acervo classificado como CDU 657, os alunos de Letras o acervo classificado como CDU 869 e assim por diante.

Tabela 1 – Custos com Depreciação de Livros por Curso

Curso	%
Administração	6,3%
Arquivologia	10,3%
Ciências Contábeis Diurno	23,3%
Ciências Contábeis Noturno	23,8%
Ciências Econômicas	4,5%
Outros Cursos	31,8%
Total	100,0%

Fonte: elaboração própria, a partir da análise dos dados

Entretanto, a informação da tabela 1 ainda é incompleta, pois deixa de lado usuários que não são tipicamente acadêmicos. Quando se leva em consideração à origem do usuário a relevância da necessidade de uma alocação do custo de maneira mais racional aparece. A tabela 2 considera a alocação dos custos segundo o usuário, inclusive aquele sem vínculo acadêmico. Conforme pode ser notado, o percentual de utilização por alunos e docentes do Departamento de Ciências Contábeis da IES é menor do que os 47,1% obtidos na tabela 1. O mesmo ocorre para as demais unidades vinculadas a área fim. Deve ser destacado que

somente 47,46% dos custos seriam alocados às unidades acadêmicas. O restante, 12,43% correspondem a unidades administrativas da própria instituição, incluindo a própria Biblioteca, o Centro de Processamento de Dados, entre outros. O destaque é para os empréstimos aos usuários externos, que correspondem a 40,11%.

A informação sobre o alto grau de utilização do usuário externo pode ser relevante para a IES em vários aspectos. Na medida em que a biblioteca é a única grande biblioteca da região com acesso irrestrito ao público externo, qualquer medida restritiva não seria bem vista. Desta forma, a expansão da amostra e a divulgação dessas informações sob a forma de balanço social, poderão mostrar o impacto da biblioteca para a sociedade.

No entanto, a implantação de um sistema de custo nessa instituição deverá levar em consideração a utilização do acervo de cada área de conhecimento, por cada grupo de usuário.

Tabela 2 – Custos com Depreciação de Livro por usuário

Centros de Custos	%
Departamento de Administração	4,52%
Departamento de Ciências Contábeis	14,12%
Outras Unidades Acadêmicas	28,81%
Unidades Administrativas	12,43%
Usuários Externos	40,11%
Total	100,00%

Fonte: elaboração própria, a partir da análise dos dados

Conclusão e Recomendações

Para a determinação do valor da depreciação de livros, a fundamentação e a análise devem considerar aspectos contábeis e também bibliométricos, como forma de complementação e de busca da acurácia. Esse trabalho demonstrou ser possível utilizar uma metodologia racional e sistemática para determinar o valor da depreciação ao longo do tempo e por unidades acadêmicas.

Os mesmos procedimentos adotados neste trabalho, para a amostra de livros da área de contabilidade, podem ser expandidos às demais áreas do conhecimento. Ressalta-se, como sugestão para a continuidade da pesquisa, a necessidade da dilatação dos procedimentos, notadamente, quanto à identificação da depreciação para livros adquiridos por meio de doação e permuta e, para os demais materiais que compõem todo o acervo da biblioteca.

Em especial, pretende-se desenvolver um trabalho futuro para incorporar o fator de obsolescência. Nesse sentido, uma *proxy* que poderá ser considerada diz respeito a utilização no tempo. Por meio de uma amostragem, será determinado o grau de utilização de cada obra no tempo. O procedimento é parecido com o grau de sobrevivência, comum na área de *marketing*.

Referências:

- AGUIAR, Afrânio Carvalho. **Implementação de políticas de ressarcimento de custos de serviços de informação em ciência e tecnologia**. Ciência da Informação, Brasília: IBICT, v. 13 (2): 151-157, jul./dez. 1984.
- ALVARADO, Rubén Urbizagástegui. **A Bibliometria no Brasil**. P. 91-105. Ciência da Informação, v. 1 n. 1, 1984. Brasília. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, ed. Semestral.
- BARBOSA, Maria Dorothea. **Custos dos Serviços Bibliotecários**. Tese de Livre Docência. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1975.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. **Classificação Decimal Universal**, ISBN. 85-7013-055-4, Brasília, 2004.
- BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 10.753**, 2003.
- BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 4.320**, 1964.
- BRASIL. Secretaria da Receita Federal. **Decreto nº 3000**, 1999.

BRASIL. Secretaria da Receita Federal. **Instrução Normativa nº 162**, 1998.

CAVALCANTI, Ilce Gonçalves Milet. **Padrões de citação em comunicação: análise das dissertações apresentadas à ECO/UFRJ**. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, 1989.

FERNANDES, Pedro Onofre. **Economia da Informação**. Ciência da Informação, Brasília, v. 20, n. 2, p. 165 – 168, 1991.

FIGUEIREDO, Nice Menezes. **Paradigmas Modernos da Ciência da Informação**. São Paulo: Polis, 1999.

FRANCO, Hilário. **Contabilidade Geral**. 23 ed. São Paulo: Atlas, 1997.

HENDRIKSEN, E. S.; BRENDA, M. F. V. **Teoria da contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LANCASTER, Frederic Wilfrid. *If you want to evaluate your library...* Champaign: University Illinois, 1988.

LIMA, Regina Célia Montenegro; FIGUEIREDO, Nice Menezes. **Seleção e aquisição: da visão clássica à moderna aplicação de técnicas bibliométricas**. P. 137 – 150. Ciência da Informação. ISSN 0100, 1984, Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Ed. Semestral.

LINE, Maurice B. *Changes in the use of literature with time – obsolescence revisited*. Library Trends, Spring 1993, 41(4)545-736. University of Illinois.

MORGAN, Beatriz Fátima. **A determinação do custo do ensino na educação superior: o caso da Universidade de Brasília**. Dissertação de Mestrado. Brasília, 2004.

OBERHOFER, Cecília Malizia A. **Valor da informação: percepção versus quantificação**. Ci. Inf., Brasília, 20(2): 119-129, jul./dez. 1991.

PADOVEZE, Clóvis Luis. **Manual de Contabilidade Básica**. 3ª edição. São Paulo: Atlas, 1996.

PREINREICH, Gabriel. *A Landmark in accounting theory*. New York: Garland, 1996.

SILVA, César Augusto Tiburcio et al. **Custo-aluno em instituições públicas de ensino superior**. Revista Brasileira de Administração Pública. Rio de Janeiro, FGV, v. 38., n. 1, p. 243-260, 2004.